



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO N.º 049/2017
PROCESSO N.º 5074/2017
MODALIDADE: CARTA CONVITE
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia, torna público, nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterada pela Leis N.º 8.883/94 e n.º 9.648/98, que fará realizar Licitação na modalidade "CARTA CONVITE", no dia **10 de outubro de 2017, às 09:30 horas** no Salão Nobre desta Prefeitura, à Rua Marques da Cruz, n.º 61, Centro. Quando serão feitas as aberturas e análise dos envelopes de "HABILITAÇÃO" e logo em seguida a abertura dos envelopes de "PROPOSTAS COMERCIAIS" dos fornecedores habilitados. A presente licitação destina-se **A aquisição de materiais de informática**. O Edital completo estará a disposição dos interessados no Setor de Compras desta Prefeitura sito à Rua Marques da Cruz, n.º 61, centro, no horário Comercial. Maiores informações pelo telefone (022) 2621-7098.

São Pedro da Aldeia, 28 de Setembro de 2017.

Presidente da Comissão de Licitação

Para participar da licitação, esse edital deverá ser lido na sede da Prefeitura de acordo com o artigo 22, inciso III, § 3º da Lei Federal nº 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA

RECIBO

CARTA CONVITE 049/2017

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebi da Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia o Edital completo referente ao CONVITE n.º 049/2017.

São Pedro da Aldeia, _____ de _____ de 2017.

Para participar da licitação, este edital deverá ser retirado na sede da Prefeitura, de acordo com o artigo 22, inciso III, § 3º da Lei Federal nº 8.666/93.

 <p style="text-align: center;">PREFEITURA MUNICIPAL SAO PEDRO DA ALDEIA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PROCESSO 5074/2017</p>	
<p>NUMERAÇÃO SEQUENCIAL Nº CC 049/2017</p>	<p>EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE: CARTA CONVITE</p>

Pelo presente CONVITE, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA, torna pública a realização de Licitação regida pela lei Federal nº 8.666/93, para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, pelo regime de execução empreitada por preço unitário, a ser aberta no dia 10/10/2017 às 09:30hs, na Sala de Licitações, situada a Rua Marques da Cruz nº 61, São Pedro da Aldeia-RJ, onde serão entregues a Documentação de Habilitação e Proposta.

I - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

II - DO OBJETO: Aquisição de material de consumo de informática (cartuchos e toners), para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, através de seus equipamentos públicos (Sede da Secretaria – Programa Bolsa Família, CRAS e CREAS), conforme Termo de Referência e especificações em anexo.

III – ENTREGA DE ENVELOPES PARA HABILITAÇÃO E PROPOSTAS

Os envelopes para habilitação e propostas deverão ser entregues pelos proponentes no endereço, data e horário abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL SAO PEDRO DA ALDEIA

RUA: MARQUEZ DA CRUZ, 61
CENTRO
SAO PEDRO DA ALDEIA

10/102017 às 09:30hs

VI - ABERTURA DOS ENVELOPES

Às 09:30hs do dia e local acima mencionados, a Comissão Permanente de Licitação reunir-se-á, em sessão pública, para abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas de cada licitante.

Inicialmente, será aberto o envelope contendo a documentação para habilitação.

Logo em seguida, não havendo a ocorrência de recurso contra a decisão da Comissão Permanente de Licitação que habilite ou inhabilite qualquer licitante, serão abertos os envelopes contendo as propostas.

VII - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Para participar da presente licitação, o licitante deverá apresentar 02 envelopes separados, contendo em suas partes externa e frontal o seguinte:

ENVELOPE Nº 01

PREFEITURA MUNICIPAL SAO PEDRO DA ALDEIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

LICITANTE:

REF: CC 049/2017

DOCUMENTAÇÃO

ENVELOPE Nº 02

PREFEITURA MUNICIPAL SAO PEDRO DA ALDEIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

LICITANTE:

REF: CC 049/2017

PROPOSTA

No envelope Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO - o licitante deverá apresentar a seguinte documentação em fotocópia acompanhada dos documentos originais ou cópias autenticadas:

Certidão Negativa de Débitos Municipal, Instituídos (**Certidões Negativas ou Certidões Positivas com Efeitos Negativos**) Art. 29 III;

Certidão Negativa de Débitos – INSS, Instituídos (**Certidões Negativas ou Certidões Positivas com Efeitos Negativos**) Art. 29 Inciso IV;

Certidão Negativa do Fundo de Garantia, FGTS, Instituídos (**Certidões Negativas ou Certidões Positivas com Efeitos Negativos**) Art. 29 Inciso IV;

Prova de Inexistência de Débitos Trabalhistas, Instituídos (**Certidões Negativas ou Certidões Positivas com Efeitos Negativos**)

Contrato Social;

Cartão de Inscrição no CNPJ;

Observação: Os artigos acima mencionados referem-se à Lei Federal nº 8.666/1993.

Tratando-se de procurador, o instrumento de procuração público ou particular do qual constem poderes específicos para negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado dos documentos indicados acima e que comprove os poderes do mandante para a outorga.

O representante legal ou procurador deverá identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto, cópia do RG, do CPF e do comprovante de residência.

Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, podendo cada um representar apenas uma empresa.

Para fins de licitação, permite-se a aceitação de Certidões Positivas com Efeitos Negativos em caso de débitos tributários suspensos, conforme art. 206 do Código Tributário Nacional.

No envelope **Nº 02 - PROPOSTA** - deverá conter em seu interior o seguinte:

- 1- Proposta feita em papel da empresa, digitada em via única em linguagem clara, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devidamente assinada;
- 2- Indicação do nº deste convite;
- 3- Razão social, endereço e CNPJ da empresa
- 4- Proposta com validade não inferior a 60 dias

VIII - DA DESCLASSIFICAÇÃO:

Serão desclassificadas:

- a) As propostas que não atenderem às exigências do ato convocatório deste convite;
- b) As propostas com valor global e unitário superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação, bem como aqueles que não atenderem ao disposto no art. 40, inciso X da lei 8.666/93.
- c) As propostas que não atendam aos objetivos deste convite;

IX - DO JULGAMENTO

Será considerada vencedora a proposta que apresentar o menor preço por item.

X - DO DESEMPATE DAS PROPOSTAS:

No caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 2º do art. 36 da Lei 8.666/93, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

XI - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela PMSPA, através de depósito eletrônico na conta corrente da empresa mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, no prazo de até 30 (trinta) dias.

As Notas Fiscais/Faturas que apresentarem incorreções, quando necessário, serão devolvidas e seu vencimento ocorrerá em até 30 dias após a sua correção.

Parágrafo Primeiro – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso e desde que este atraso decorra de culpa da administração, o valor devido será acrescido de 0,1 (um décimo por cento) á título de multa,

além da incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, e a data dos efetivos pagamentos.

Parágrafo Segundo – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado da taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculado pro rata die entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo dos documentos de cobrança na Secretaria Municipal de Assistência Social.

XII - CONDIÇÕES GERAIS

- a) A PREFEITURA MUNICIPAL SAO PEDRO DA ALDEIA, reserva-se o direito de rejeitar as propostas apresentadas ou revogar esta licitação por motivos supervenientes de justificável interesse público;
- b) Das decisões da Comissão Permanente de Licitações, caberá recurso no prazo estabelecido na Lei 8.666/93;
- c) Não serão consideradas quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste edital, nem preços ou vantagens baseadas em ofertas de outro licitante;
- d) A revogação ou anulação do processo licitatório não gera direito de indenização a nenhum dos licitantes;
- e) Decairá do direito de impugnar o edital ou parte dele o licitante que, tendo-o aceito sem objeção venha a apontar depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciarem, hipótese que não será considerada para efeito de recurso.

XIII - DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

a) Conforme art. 49, inc III da Lei Complementar nº 123/06, a Administração Pública poderá conceder tratamento exclusivo, diferenciado, favorecido e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte cujo bem, serviço ou obra objeto de licitação, não ultrapasse o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos do art. 48 da lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e art. 24 da Lei Geral Municipal-Lei nº 2.254, de 21 de dezembro de 2010.

b) Caso o gestor decida sobre o procedimento exclusivo, este ocorrerá conforme as regras a seguir:

c) Fornecimento de bens, serviços e obras superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a Administração Pública poderá exigir dos licitantes, a subcontratação de microempresa e empresa de pequeno porte, sob pena de desclassificação na licitação.

d) A subcontratação de que trata o subitem acima deverá atender a margem de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do total do objeto licitado.

e) As microempresas e empresas de pequeno porte, cuja sede está localizada neste município, interessadas em participar das licitações exclusivas e futuras para M.E e EPP deverão se cadastrar no setor de compras da Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura, de modo a possibilitar a notificação para as licitações e facilitar a formação de parcerias e subcontratações.

f) São condições para habilitação em quaisquer licitações, a apresentação dos seguintes documentos exigidos para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme determina o art. 27 da lei nº 2.254/2010 – Lei Geral Municipal de São Pedro da Aldeia:

f.1) O ato constitutivo da empresa, devidamente registrado; e

f.2) Inscrição no CNPJ, com termo de enquadramento de M.E ou EPP para fins de qualificação.

g) As certidões do INSS, FGTS e as Certidões Negativas de Débitos expedidas pela Fazenda Pública Estadual, Federal e Municipal somente poderão ser exigidas pela Comissão Permanente de Licitação para efeitos de contratação, e não deverão ser exigidas como critério para habilitação na licitação.

h) Havendo restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 03 (três) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para que haja a regularidade da documentação, pagamento ou parcelamento de eventual débito, emissão de certidões, considerando como válidas as certidões positivas com efeitos de negativas.

i) A não regularização da documentação no prazo previsto pelo subitem acima, implicará à M.E ou EPP, a preclusão do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas pelo art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93 que,

neste caso, será facultado a Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na sua ordem de classificação, para assinar o contrato ou revogar a licitação.

j) As empresas consideradas Microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que pretendam se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido, deverão apresentar, separado de qualquer dos envelopes, uma declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme declaração específica em anexo.

k) As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

l) As empresas enquadradas no regime diferenciado e favorecido das microempresas e empresas de pequeno porte que não apresentarem a declaração prevista poderão participar normalmente do certame, porém em igualdade de condições com as empresas não enquadradas neste regime.

m) Não será adotado tratamento diferenciado regido por este tópico, se não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos e enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados no Município de São Pedro da Aldeia ou no Estado do Rio de Janeiro e capazes de cumprir com as exigências estabelecidas por este edital.

n) A critério da Administração Pública, conforme previsto no art. 49, inciso III da Lei Complementar nº 123/06, o tratamento diferenciado e simplificado para ME e EPP poderá não ser aplicado, caso o procedimento não seja vantajoso para o Ente licitante ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado

XIV - VALOR ESTIMADO:

Será de R\$ 71.539,04 (setenta e um mil, quinhentos e trinta e nove reais e quatro centavos).

XV - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- Dotação Orçamentária 3390309900
- Projeto Atividade 0210000.2128.08.244.022
- Cód. Reduzido 621

- Dotação Orçamentária 3390309900
- Projeto Atividade 210000.2132.08.244.025
- Cód. Reduzido 643

- Dotação Orçamentária 3390309900
- Projeto Atividade 210000.2130.08.244.023
- Cód. Reduzido 628

XVI - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- b) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- c) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- d) Comunicar a CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto licitado;
- e) Rejeitar, no todo ou em parte, serviços fora das especificações exigidas pela CONTRATANTE ou em condições impróprias ou indevidas ao uso;
- f) Enviar à CONTRATADA informações que forem necessárias;
- g) Aplicar, conforme o caso, as penalidades administrativas previstas pela Lei 8.666/93;
- h) Efetuar os pagamentos na forma do edital;
- i) Fiscalizar a entrega e os serviços realizados pela CONTRATADA e referente ao objeto da licitação.

II- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Efetuar a troca dos produtos que não se encontrem em perfeitas condições, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo procedência e prazo de garantia;
- b) Atender prontamente a quaisquer exigências da SASDH, inerentes ao objeto da presente licitação.
- c) Comunicar à SASDH no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- e) proceder conforme os ditames da Secretaria Municipal licitante para o fiel cumprimento do contrato;
- f) prestar todas as informações solicitadas pela Administração Pública referente ao objeto do contrato;
- g) Responsabilizar-se em qualquer caso, por danos e prejuízos de qualquer natureza causados por seus empregados à PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, respondendo por si e seus eventuais subcontratados;
- h) Cumprir com os demais obrigações constantes no Termo de Referência.

XVII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial do objeto a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contrato as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa Administrativa, gradual conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, acumulável com as devidas sanções;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos

determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Primeiro - A critério da Administração Pública Municipal, as sanções previstas nos itens I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no item II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Segundo - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo Terceiro: A suspensão temporária aplica-se tão somente na esfera da Administração Pública Municipal, ao passo que a declaração de idoneidade impede futuras contratações em toda esfera da Administração Pública Municipal, Estadual e Federal.

Parágrafo Quarto – A penalidade por multa será:

- I- de 20% (vinte por cento) do valor global corrigido do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;
- II- de 10% (dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;
- III- de 0,03 (três centésimos por cento) por dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos de início e conclusão das etapas previstas no cronograma, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação.

Parágrafo Quinto - O valor da multa aplicada deverá ser recolhida à Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação, podendo o valor ser descontado na ocasião de seu pagamento, ao exclusivo critério da Administração e respeitando o prazo supracitado.

Parágrafo Sexto – O não recolhimento da multa no prazo assinado implicará a sua inscrição na dívida ativa municipal, para cobrança judicial.

XVIII – DA RESCISÃO:

A Administração poderá rescindir o contrato, de pleno direito, a qualquer tempo, independentemente de ação, notificação judicial ou extrajudicial, nos previstos nos artigos 77, 78 e 79, da Lei Federal nº 8.666/93, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

XIX – DA FORMA DE FORNECIMENTO – A Contratada deverá realizar a entrega dos materiais mensalmente, de acordo com o solicitado pela Secretaria.

XX – PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Será até 05(cinco) dias, a partir da emissão da nota de empenho, conforme prescrito no art. 64 da lei 8.666/93.

XXI – PRAZO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO: O prazo para realização da entrega dos materiais será até 31.12.2017, a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma do art. 57 da Lei 8.666/93.

Parágrafo Primeiro: O prazo de início da entrega dos materiais será após a emissão da ordem de serviço, no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

Parágrafo Segundo: O prazo para realização da entrega dos materiais será até 31.12.2017, a partir da data de assinatura do contrato.

XXII – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

A fiscalização da contratada será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência a Administração.

XXIII – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO:

O objeto do Contrato será recebido pela Prefeitura quando a sua execução estiver de acordo com as condições contratuais e demais documentos que fizeram parte do ajuste.

Parágrafo Primeiro: Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

- a) PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado e;
- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada para este fim, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após decurso de prazo de observação 10 (dez) dias, observado o disposto no art. 69 da lei 8.666/93.

Parágrafo Segundo: A fiscalização, ao considerar o objeto do Contrato concluído, emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.

XXIV - DA FISCALIZAÇÃO:

A execução das atividades será acompanhada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA e fiscalizada por servidor formalmente designado que determinará o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos.

Parágrafo Primeiro - À fiscalização ficam reservados o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no presente, e, em tudo o mais referente à prestação de serviços, deste que não acarrete ônus para a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA ou modificação do Contrato.

Parágrafo Segundo - A Contratada declara aceitar todos os métodos de inspeção, verificação e controle adotado obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias à execução das atividades.

Parágrafo Terceiro - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada em relação à PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA e a terceiros.

XXV – DA FORMA DE FORNECIMENTO – A Contratada deverá realizar a entrega dos materiais mensalmente, de acordo com o solicitado pela Secretaria.

XXVI - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL - Aplica-se ao certame licitatório e aos demais casos omissos, as disposições previstas pela Lei Federal nº 8666/93, bem como as demais legislações pertinentes.

XXVII – DO REAJUSTE

Os preços contratuais poderão ser reajustados de acordo com a lei, sendo data base, a da apresentação das propostas, considerando o índice IPCA-E, depois de 12 (doze) meses.

XXVIII - DA REVISÃO

A revisão do contrato obedecerá aos critérios da Lei Federal nº 8.666/93, assegurando-se às Partes o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

XXIX - DOS RECURSOS

É facultado aos licitantes nos termos do artigo 109 da Lei 8.666/93, a interposição de recursos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados à partir da lavratura da ata da Comissão Permanente de Licitação.

O Julgamento dos recursos será realizado da forma como determina a Lei 8666/93 com suas alterações.

Os recursos deverão observar os seguintes requisitos:

- a) Serem digitados e devidamente fundamentados;
- b) Serem assinados por representante legal da licitante;

XXX – DO FORO

A Comarca de São Pedro da Aldeia – RJ é o foro competente para dirimir quaisquer dúvidas, questões ou demandas judiciais relativas a esta licitação e a adjudicação dela decorrente.

XXXI – Integram o presente Edital os respectivos anexos:

Anexo I Termo de Referência

Anexo II Especificação dos Serviços

Anexo III Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

Anexo IV Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo

Anexo V Declaração de que a empresa não possui menores de idade no seu quadro funcional.

Anexo VI Minuta de Contrato

Anexo VII Cronograma de Desembolso Máximo

XXXII - DISPOSIÇÕES FINAIS

a) O Edital do Convite e seus anexos, inclusive projeto básico poderão ser examinados e adquiridos no Departamento de Licitação - Delic na sede da Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia, situada a Rua Marques da Cruz nº 61, Centro, São Pedro da Aldeia-RJ, no horário das 09:00 às 16:30 horas.

b) Os casos omissos e dúvidas com relação a este convite serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação, através de sua Presidente no horário de 08:30 às 13:30 horas na PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA, podendo os interessados

solicitar informações ou retirar dúvidas mediante telefone nº (0xx22) 2621-7098 e email: compras@pmspa.rj.gov.br

- c) Não será permitida a participação de licitantes suspensos temporariamente pela Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93.
- d) Não será permitida a participação de licitantes já incurso na pena do inc.IV. do art. 87 da lei 8.666/93 (declaração de idoneidade), seja qual for o Órgão ou Entidade que tenha aplicado a referida penalidade, em qualquer esfera da Administração Pública.

Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia, 28/09/2017.

**Secretária Municipal de Assistência Social e
Direitos Humanos**

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Para participar da licitação, este edital deverá ser retirado na sede da Prefeitura de acordo com o artigo 2º, inciso III, § 3º da Lei Federal nº 8.666/93.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA – PROCESSO Nº 5074/2017 CC-049/2017

1. OBJETO:

1.1- Fornecimento de material de consumo de informática (cartuchos e tonners), para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, através de seus equipamentos públicos (Sede da Secretaria – Programa Família, CRAS e CREAS).

2. JUSTIFICATIVA:

2.1 A aquisição dos produtos elencados no referido pedido, atenderá a demanda de impressão de relatórios, correspondências e demais documentos desta secretaria e seus equipamentos públicos, necessários para a execução dos serviços socioassistenciais oferecidos, assim como todas as ações inerentes à Política Nacional de Assistência Social.

3. MATERIAIS PERTINENTES À EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

3.1 Para a perfeita execução dos itens solicitados, a contratada deverá fornecer produtos de qualidade e de acordo com os padrões solicitados.

4. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTOS

4.1- Os produtos deverão ser entregues dentro do prazo de validade, correndo por conta da empresa vencedora, toda despesa necessária à satisfação do fornecimento do produto.

5. CONDIÇÕES DE GUARDA E ARMAZENAMENTO:

5.1- Os produtos serão armazenados no Almoxarifado da sede da SASDH, em local arejado e sem umidade, observando o quantitativo demandado por cada equipamento;

6. TÉCNICAS QUANTITATIVAS:

6.1- A quantidade solicitada teve por base a memória de cálculo do material utilizado nos exercícios anteriores, considerando as rotinas administrativas para o exercício de 2017, sendo que a quantidade solicitada por cada equipamento é de acordo com as impressoras e estações de trabalho existentes em cada um deles e seus modelos específicos. Os equipamentos são:

EQUIPAMENTO	ENDEREÇO
CREAS	Av. Getúlio Vargas, s/nº - Centro – em frente a Capela Mortuária Municipal
CRAS Alecrim	Rua Alfazema nº 5 – Bairro Alecrim
CRAS Balneário das Conchas	Rua Nicanor Pereira dos Santos s/nº - bairro Balneário das Conchas
CRAS Morro do Milagre	Rua Iracy dos Santos nº 7 – Bairro Morro do Milagre
CRAS São João	Rua São Jorge nº 465 – Casas 1 e 2 – Bairro São João
CRAS Porto da Aldeia	Av. Saputiaba nº 51 – Bairro Porto da Aldeia
CRAS Rua do Fogo	Rua projetada C Lote 11 Qd. D. Lot. Flamboyant – Bairro Rua do Fogo
Sede Programa Bolsa Família	Rua Francisco Coelho Pereira nº 45 – Centro
Sede da Secretaria SASDH	Rua Hermógenes Freire da Costa nº 19 – Centro
CAM – Casa de Acolhimento Municipal	Rua Assuruá nº 84 – Balneário das Conchas
Programa do ACESUASTRAB	Executado pela SEGAT ACESUASTRAB – Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho

6. PRAZO: A presente contratação será a partir da assinatura do contrato até 31/12/2017.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: A contratada obriga-se:

7.1- Efetuar a troca dos produtos que não se encontrarem em perfeitas condições, em estrita observância das especificações do edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

7.2- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12,13,18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

7.3- O dever previsto no subitem 6.2 implica na obrigação de, a critério da SASDH, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o produto com avarias ou defeitos;

7.4- Atender prontamente a quaisquer exigências da SASDH, inerentes ao objeto da presente licitação.

7.5- Comunicar à SASDH no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.6- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.7- Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

7.8- Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: A contratante obriga-se a:

8.1- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

8.2- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de servidor especialmente designado;

8.3- Efetuar o pagamento no prazo previsto;

8.4- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO: A fiscalização da contratação será exercida por um representante da SASDH, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e tudo dará ciência à SASDH.

10. AVALIAÇÃO DO CUSTO:

10.1- O custo estimado global da presente contratação será o consolidado na cotação.

11- CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Apresente despesa correrá a conta das Dotações Orçamentárias abaixo, do Fundo Municipal de Assistência Social:

- Dotação Orçamentária 3390309900 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO, Programa de Trabalho 082440222128 (Proteção Social Básica) – Recurso Vinculado Federal, sendo:
Ficha 621 – BL PSB FNAS – Banco do Brasil – Agência 2657-3 – C/C 36.129-1

- Dotação Orçamentária 3390309900 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO, Programa de Trabalho 082440232130 (Proteção Social Especial) – Recurso Vinculado Federal, sendo:
Ficha 628 – BL PSEMC FNAS – Banco do Brasil – Agência 2657-3 – C/C 36.128-3
- Dotação Orçamentária 3390309900 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO, Programa de Trabalho 082440252132 (Manutenção do programa Bolsa Família) – Recurso Vinculado Federal, sendo:
Ficha 643 – BL GBF FNAS – Banco do Brasil – Agência 2657-3 – C/C 36.125-9

São Pedro da Aldeia, 25 de abril de 2017.

ANEXO IIESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS - PROCESSO Nº 5074/2017CC-049/2017

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VL UN	VL TOTAL
001	30	und	Cartucho preto para impressora J4540/J4550/J4560/J4580, original 15,5ml.	R\$ 219,475	R\$ 6.584,250
002	15	und	Cartucho colorido para impressora J4540/J4550/J4560/J4580, original 15,5 ml	R\$ 206,515	R\$ 3.097,725
003	40	und	Cartucho preto para impressora modelo Deskjet jet advantage 1115/2136/3636/3836/4536/4676, original 8,5 ml.	R\$ 136,975	R\$ 5.479,000
004	25	Und	Cartucho colorido para impressora modelo Deskjet Jet advantage 1115/2136/3836/4536/4676 original 8,0 ml	R\$ 141,875	R\$ 3.546,875
005	80	und	Cartucho preto para impressora modelo Deskjet Jet 1000/2000/multifuncional Deske Jet 2050/3050/ original 8,8 ml.	R\$ 155,975	R\$ 12.478,000
006	50	und	Cartucho colorido para impressora modelo Deske Jet 1000/2000/ multifuncional Deskejet 2050/3050/ original 7,5ml.	R\$ 170,075	R\$ 8.503,750
007	50	Und	Cartucho preto para impressora modelo Deskjet 2515/2516/3515/3516 original 6,5 ml.	R\$ 113,125	R\$ 5.656,250
008	30	und	Cartucho colorido para impressora modelo Deskjet 2515/2516/3515 original 8,0 ml	R\$ 147,895	R\$ 4.436,850
009	15	und	Cartucho preto para impressora D2530/D2545/F4480/F4580 original 13,50 ml	R\$ 223,033	R\$ 3.345,495
010	10	und	Cartucho colorido para impressora D2530/D2545/F4280 original 15,50ml	R\$ 267,600	R\$ 2.676,000
011	10	und	Tonner para impressora HP (285 A) 1102 preto (1600PAG)	R\$ 324,485	R\$ 3.244,850
012	10	und	Tonner para impressora HP (CB540) Collor laserjet preto CP1215 (2.200 PAG)	R\$ 318,250	R\$ 3.182,500
013	10	und	Tonner para impressora HP (CB541) Collor laserjet azul CP 1215 (1.400 PAG)	R\$ 306,250	R\$ 3.062,500
014	10	und	Tonner para impressora HP (CB542) Collor laserjet amarelo CP1215 (1.400 PAG)	R\$ 318,250	R\$ 3.182,500
015	10	Und	Tonner para impressora HP (CB543) Collor laserjet magenta CP1215 (1.400 PAG)	R\$ 306,250	R\$ 3.062,500
				TOTAL	R\$ 71.539,04



Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria Municipal de Assistência Social

ANEXO III
**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

PROCESSO Nº 5074/2017

REF.; CARTA CONVITE Nº 049/2017

.....
Inscrita no CNPJ nºpor intermédio de seu
representante

Legal, o(a) Sr.

(a).....portador(a) da
Carteira de Identidade nºe do CPF nº

.....

DECLARA, para fins do disposto no item 10 do Edital, sob as
sanções Administrativas

Cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente
data, é considerada.

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar
nº 123, de 14.12.2006.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º
da Lei Complementar
nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações
constantes do parágrafo 4º do
artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

.....

(data)

.....

(representante Legal)

OBS Assinalar com um "X" a condição da empresa
Este formulário deverá ser entregue à Comissão juntamente com os
envelopes nº 1e nº 2, pelas
empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime
diferenciado e favorecido
previsto Lei Complementar nº 123/2006.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO (MODELO)

A

Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia-RJ

Rua: Marques da Cruz s/nº - Centro – São Pedro da Aldeia-RJ

Ref.: Carta Convite nº: 049/2017

Declaramos conhecer e aceitar as condições constantes do edital em sua referência e seus anexos, bem como a lei federal nº: 8.666 de 1993 e suas alterações de 08.06.1994, lei estadual nº: 6.544 de 22.11.1989 e legislação pertinente.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Local e Data

Carimbo do CNPJ da Empresa

Assinatura do Representante Legal



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA NÃO POSSUI MENORES DE IDADE EM SEU QUADRO FUNCIONAL

A Empresa _____, inscrita no cnpj sob o nº _____, sediada na Rua:

declara que não possui no seu quadro de funcionários, trabalhador menor de 18(dezoito) anos, atuando em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos atuando em qualquer trabalho, salvo condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos em cumprimento ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da constituição federal, conforme determina o artigo 27, inciso V, da lei 8.666/93.

Local e Data

Assinatura e Carimbo do Declarante



ANEXO VI
MINUTA DO CONTRATO – PROCESSO Nº 5074/2017

PROCESSO Nº 5074/2017

CONTRATO Nº ____ 2017

Por este Termo de Contrato, de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA-RJ, neste ato representado pela Senhora Secretária Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, a Senhora _____ portadora da Carteira de Identidade nº _____/RJ, e do CPF nº _____, doravante simplesmente denominado como CONTRATANTE, e de outro lado a empresa _____, com sede social à _____, no município de _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, tem como representante legal o Senhor(a)

Portador(a) da carteira de identidade nº _____, e do CPF sob o nº _____, doravante simplesmente designada como CONTRATADA, têm entre si, justo e contratado o que se segue, que mutuamente aceitem e se obrigam a cumprir mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: A Contratada, vencedora da licitação tipo menor preço por item, referente ao convite nº xxx/2017, obriga-se a realizar a aquisição de **material de consumo de informática (cartuchos e tonners), para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, através de seus equipamentos públicos (Sede da Secretaria – Programa Bolsa Família, CRAS e CREAS), conforme Termo de Referência e especificações em anexo ao Edital.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO: Este contrato terá vigência até 31.12.2017, a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS: O prazo para conclusão e entrega dos materiais será até xx.xx.201x, a partir da data de assinatura do presente contrato.

Parágrafo Primeiro: O prazo de início de etapas de entregas dos materiais será após a emissão da ordem de serviço, no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO: O valor estimado para o atendimento do objeto importa em R\$ xxxxxxxx(xxxxxxxxxxxxxxxxxxx), conforme proposta vencedora.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado pela PMSPA, através de depósito eletrônico na conta corrente da empresa mediante apresentação da nota

fiscal devidamente atestadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, no prazo de até 30 (trinta) dias.

As Notas Fiscais/Faturas que apresentarem incorreções, quando necessário, serão devolvidas e seu vencimento ocorrerá em até 30 dias após a sua correção.

Parágrafo Primeiro – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso e desde que este atraso decorra de culpa da administração, o valor devido será acrescido de 0,1 (um décimo por cento) á título de multa, além da incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, e a data do efetivo pagamento.

Parágrafo Segundo – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado da taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculado pro rata die entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

I – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- b) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- c) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- d) Comunicar a CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto licitado;
- e) Rejeitar, no todo ou em parte, serviços fora das especificações exigidas pela CONTRATANTE ou em condições impróprias ou indevidas ao uso;
- f) Enviar à CONTRATADA informações que forem necessárias;
- g) Aplicar, conforme o caso, as penalidades administrativas previstas pela Lei 8.666/93;
- h) Efetuar os pagamentos na forma do edital;
- i) Fiscalizar a entrega e os serviços realizados pela CONTRATADA e referente ao objeto da licitação.

II – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Efetuar a troca dos produtos que não se encontrem em perfeitas condições, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo procedência e prazo de garantia;
- b) Atender prontamente a quaisquer exigências da SASDH, inerentes ao objeto da presente licitação.
- c) Comunicar à SASDH no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- e) proceder conforme os ditames da Secretaria Municipal licitante para o fiel cumprimento do contrato;
- f) prestar todas as informações solicitadas pela Administração Pública referente ao objeto do contrato;

g) Responsabilizar-se em qualquer caso, por danos e prejuízos de qualquer natureza causados por seus empregados à PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, respondendo por si e seus eventuais subcontratados;

h) Cumprir com os demais obrigações constantes no Termo de Referência.

CLAUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO: A Administração poderá rescindir o contrato, de pleno direito, a qualquer tempo, independentemente de ação, notificação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos artigos 77,78 e 79, da Lei Federal nº 8.666/93, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS: Pela inexecução total ou parcial do objeto a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contrato as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa Administrativa, gradual conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, acumulável com as devidas sanções;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Primeiro - A critério da Administração Pública Municipal, as sanções previstas nos itens I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no item II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Segundo - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo Terceiro: A suspensão temporária aplica-se tão somente na esfera da Administração Pública Municipal, ao passo que a declaração de idoneidade impede futuras contratações em toda esfera da Administração Pública Municipal, Estadual e Federal.

Parágrafo Quarto – A penalidade por multa será:

- I- de 20% (vinte por cento) do valor global corrigido do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;
- II- de 10% (dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;
- III- de 0,03 (três centésimos por cento) por dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos de início e conclusão das etapas previstas no cronograma, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação.

Parágrafo Quinto - O valor da multa aplicada deverá ser recolhida à Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação, podendo o valor ser descontado na ocasião de seu pagamento, ao exclusivo critério da Administração e respeitando o prazo supracitado.

Parágrafo Sexto – O não recolhimento da multa no prazo assinado implicará a sua inscrição na dívida ativa municipal, para cobrança judicial.

CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO: A execução das atividades será acompanhada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA e fiscalizada por servidor formalmente designado que determinará o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos.

Parágrafo Primeiro - À fiscalização ficam reservados o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no presente, e, em tudo o mais referente à prestação de serviços, deste que não acarrete ônus para a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA ou modificação do Contrato.

Parágrafo Segundo - A Contratada declara aceitar todos os métodos de inspeção, verificação e controle adotados obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias à execução das atividades.

Parágrafo Terceiro - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada em relação à PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA e a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO: O objeto do Contrato será recebido pela Prefeitura quando a sua execução estiver de acordo com as condições contratuais e demais documentos que fizeram parte do ajuste.

Parágrafo Primeiro: Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

- a) PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado e;
- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada para este fim, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após decurso de prazo de observação 10 (dez) dias, observado o disposto no art. 69 da lei 8.666/93.

Parágrafo Segundo: A fiscalização, ao considerar o objeto do Contrato concluído, emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- Dotação Orçamentária 3390309900
- Projeto Atividade 0210000.2128.08.244.022
- Cód. Reduzido 621

- Dotação Orçamentária 3390309900
- Projeto Atividade 210000.2132.08.244.025
- Cód. Reduzido 643

- Dotação Orçamentária 3390309900
- Projeto Atividade 210000.2130.08.244.023
- Cód. Reduzido 628

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FORMA DE FORNECIMENTO – A Contratada deverá realizar a entrega dos materiais mensalmente, ou caso haja necessidade, a empresa será acionada pela Secretaria.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO REAJUSTE: Os preços contratuais poderão ser reajustados de acordo com a lei, sendo data base, a da apresentação das propostas, considerando o índice IPCA-E, depois de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA REVISÃO: A revisão do contrato obedecerão aos critérios da Lei Federal nº 8.666/93, assegurando-se às partes o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Aplica-se ao certame licitatório e aos demais casos omissos, as disposições previstas pela Lei Federal nº 8666/93, bem como as demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO: A Comarca de São Pedro da Aldeia – RJ é o foro competente para dirimir quaisquer dúvidas, questões ou demandas judiciais relativas a esta licitação e a adjudicação dela decorrente.

Por estarem assim justos e contratados, fizeram as partes este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e um só efeito, que vão assinados na presença de testemunhas, a tudo presentes.

São Pedro da Aldeia, ___ de _____ de 2017

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: _____





Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria Municipal de Assistência Social e
Direitos Humanos



CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MÁXIMO

PROCESSO 5074/20147

REFERÊNCIA	1º MÊS	2º MÊS	3 MÊS	4º MÊS	5º MÊS
Total no mês:	R\$ 14.307,81				
% do valor total	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Total Acumulado:	R\$ 14.307,81	R\$ 28.615,62	R\$ 42.923,43	R\$ 57.231,24	R\$ 71.539,04

Ester Marques C. dos Santos
Secretária Municipal de Assistência Social
e Direitos Humanos
Portaria Nº 14/2017